

# O filão dos cosméticos à base de espécies nativas

Regina Scharf  
de Manaus

Nem motos, nem televisores. Nos próximos anos, o carro-chefe da Zona Franca de Manaus poderá ser um tônico de catuaba ou um perfume à base da raiz aromática da pripioca. Na última reunião do Conselho da Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), no fim de março, foram aprovados projetos de três fábricas que deverão alavancar o Pólo de Cosméticos de Manaus.

"Juntas elas representam um investimento de R\$ 34 milhões e 430 empregos diretos e indiretos", lembrou o titular do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Alcides Tápias, durante a abertura do seminário Exportação: Nova Visão do Pólo Industrial de Manaus, na semana passada. "Melhor ainda: em três anos, só estas empresas vão proporcionar mais de US\$ 47 milhões em vendas no mercado exterior."

A previsão é de que as três indústrias comecem a produzir dentro de seis meses. Já pelo nome elas dizem a que vêm: querem aproveitar a marca amazônica para faturar no filão ecológico-engajado. As quase homônimas Amazon Cosméticos, Amazonas-Brasil e Amazônia Cosméticos têm em comum boa parte de seus nichos de mercado. Todas vão produzir batons, desodorantes, creme de barbear e pós-barba.

Como produtos diferenciais, a Amazon Cosméticos, de capital local, deverá fabricar água-de-colônia, bloqueador solar, esmalte de unhas e sabonete líquido. A Amazônia Cosméticos, montada pela rede amazonense Drugstore, em parceria com o grupo coreano LG, fabricará bronzeador, dentífrico, energéticos à base de ginseng e fraldas descartáveis. Já a Amazonas-Brasil, ligada a uma das maiores indústrias de perfumes paulistas, a Contém Ig, produzirá talco líquido e emulsão hidratante, dentre outros.

Na verdade, outras empresas manauaras, de menor porte, já vinham explorando o filão dos cosméticos e fitoterápicos baseados em espécies nativas. Seu crescimento constante dá indicações de que o Pólo de Cosméticos poderá prosperar. É o caso da Prônatus do Amazonas, que este ano planeja investir R\$ 1 milhão na

Indústrias querem aproveitar a marca da Amazônia, porque o mercado de produtos ecológicos cresce de forma expressiva



construção de uma fábrica de remédios à base de ervas medicinais. Dos 60 itens que produz atualmente, 26 são baseados na flora amazônica.

No ano passado, sua principal concorrente, a Amazon Ervas, aplicou R\$ 350 milhões em novos produtos e na ampliação de suas instalações no Distrito Industrial de Manaus. De seus 160 produtos, basicamente medicamentos, 30 derivam de espécies locais. É o caso das cápsulas de catuaba, para analgesia e alívio do stress, ou do óleo de copáiba, cicatrizante e anti-inflamatório.

Não há dúvida de que esse é um mercado promissor. Basta lembrar que, em fevereiro passado, o Ibama — a agência ambiental federal — fe-

chou uma parceria comercial com o grupo alemão Henkel-Cognis para exportação de 60 toneladas de óleos amazônicos variados para cosméticos. A Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec) está concluindo para a Suframa um diagnóstico da demanda por produtos com a marca amazônica, que deverá orientar a implantação do pólo.

"A meta do pólo é a exportação, mas não podemos esquecer que o mercado nacional de cosméticos, capaz de consumir grandes quantidades, é avaliado em US\$ 11 bilhões", diz o superintendente da Suframa, Antônio Sérgio Martins Mello. Esse mer-

cado cresceu mais de 20% anuais nos últimos quatro anos.

Entretanto, o caminho que ligará as indústrias de cosméticos da Zona Franca de Manaus ao mercado nacional promete ser tortuoso. Antes de detalhar as fórmulas de seus produtos, elas terão de aguardar o fim da revisão do Processo Produtivo Básico (PPB) do setor, conjunto de normas básicas que norteiam a industrialização na Zona Franca. Sem ele, as fábricas não podem vender para o resto do Brasil (com exceção da Amazônia Ocidental). Embora já exista desde 1993, o PPB de cosméticos não define qual a porcentagem mínima de produtos regionais a ser usada como matéria-prima — detalhamento que está sendo exigido agora.

O MDIC está em vias de promover um encontro em Manaus para atualização do PPB de cosméticos. Participarão representantes do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), da Suframa e dos empresários. A discussão não será das mais fáceis porque emperra em dois pontos: a porcentagem de matérias-primas amazônicas no produto final e os critérios para definir o que, exatamente, é um ingrediente regional.

Na interpretação do superintendente adjunto de Projetos da Suframa, Nilton Sacenco Kornijezuk, regional é tudo o que é produzido na Amazônia, mesmo que originalmente vindo do outro lado do mundo. Por esse raciocínio, tanto a erva extraída das margens de um igarapé quanto o álcool produzido com cana-de-açúcar plantada no norte de Mato Grosso valeriam para o cálculo.

Seu principal argumento é em favor da preservação das espécies que serão exploradas. "Não queremos utilizar um percentual alto de fauna e flora amazônicas, porque a extração ainda não foi organizada racionalmente", diz. Na sua opinião, as porcentagens deveriam ser progressivas, conforme a multiplicação de experiências de manejo sustentável pela região.

Ele evoca a composição dos cosméticos, muitas vezes padronizada nos seus elementos principais. "Per-

fumes costumam conter substâncias sem equivalente local. Só a essência precisaria ser, necessariamente, extraída de uma espécie amazônica", afirma. "Se não usarmos a cana plantada aqui para a produção do álcool, com certeza teremos de importá-la de algum lugar".

Sacenco reivindica, também, a inclusão da embalagem no cômputo da participação de matérias-primas locais. Justifica com o exemplo da marca Mystères d'Amazonie, produzida pela Essencial Arte em Perfumaria. Seus produtos, como os perfumes Curare ou Erê!, vêm acondicionados em miniaturas de cestaria indígena, em palha de arumã e tucum. Há, também, vários casos de empresas amazônicas

**Investimentos de três empresas chegarão a R\$ 34 milhões e deverão gerar 430 empregos diretos e indiretos**

que vendem cremes embalados em cocos.

Ele explica que essas reivindicações da Suframa enfrentam oposição de indústrias do Centro-Sul. Pa-

ra reduzir o impacto da concorrência do pólo, estas reivindicariam, segundo Sacenco, que a porcentagem de matérias-primas locais utilizadas seja alta e que apenas espécies nativas sejam consideradas produtos regionais. Elas também relutariam em aceitar a inclusão das embalagens nesse cálculo. "Se não sair nenhuma decisão dessa reunião, o que é muito provável, o MDIC terá de arbitrar a questão", diz Sacenco.

Além da falta de um PPB específico para o setor, o Pólo de Cosméticos enfrenta um segundo entrave: a ausência de uma legislação federal que especifique a quem pertencem os recursos genéticos nacionais. Também não há clareza sobre a forma de remunerar o conhecimento de índios e ribeirinhos, que costuma inspirar cientistas e indústrias. Há estimativas de que as populações indígenas conhecem as propriedades medicinais ou alimentares de 1.500 plantas da região. Não que falem iniciativas para normatizar estas questões, mas a polêmica que envolvem acaba emperrando sua tramitação.

Projeto da senadora Marina Silva (PT-AC), que regulamenta a soberania nacional e os direitos das comunidades tradicionais sobre a biodiversidade, está emperrado há cinco anos no Congresso Nacional. Outros

três textos sobre o tema aguardam votação, um proposto pelo governo federal, outro do deputado Silas Câmara e outro do deputado Jacques Wagner (PT-BA). Existe um projeto de emenda constitucional do Executivo que prevê a conversão dos recursos genéticos em bens da União, como os recursos minerais, as unidades de conservação federais ou as zonas de fronteira.

"A falta de uma lei regulamentadora é realmente um problema", diz Wanderley Messias da Costa, diretor geral da Bioamazonia, organização social encarregada pelo governo federal de fornecer biotecnologia para alimentar o Pólo de Cosméticos. "Mas a Presidência da República decidiu acelerar a aprovação de um texto e a questão está sendo discutida numa comissão mista Câmara-Senado, coordenada pelo deputado federal Luciano Pizzatto (PFL-PR)".

Enquanto não sai um texto definitivo, o Ministério do Meio Ambiente baixou, há duas semanas, uma portaria formando uma comissão interministerial com o MCT e o Ministério da Justiça para propor mecanismos que regulamentem provisoriamente a coleta e remessa para o exterior de espécies nativas. ■



## Pesquisa de recursos naturais

Para que o Pólo de Cosméticos de Manaus dê certo, será preciso aprofundar o conhecimento sobre milhares de plantas e animais que, muitas vezes, não foram sequer descritos. Há cálculos de que a Amazônia tenha 55 mil espécies vegetais, ou 22% do total global. Mas o total estudado não passa de 5%.

O braço técnico e científico do empreendimento, previsto no Plano Plurianual 2000-2003 (PPA) do governo federal, é o Programa de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Probem). Seu principal objetivo é criar um pólo de desenvolvimento capaz de agregar valor aos produtos regionais: o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), que deverá ser inaugurado em 2001, em Manaus.

O CBA, que fará pesquisa sob encomenda, deverá ter 26 laboratórios distribuídos por 12 mil metros quadrados, destinados à produção de extratos, ensaios industriais e incubação de pequenas empresas. Ele também desenvolverá técnicas de manejo agrícola das espécies selecionadas.

Empresas interessadas poderão apresentar projetos e definir com os pesquisadores do centro objetivos comuns, custos e compartilhamento de direitos. Poderão, inclusive, designar profissionais para acompanhar de perto o trabalho dos cientistas.

“O Brasil não tem uma cosmologia avançada – precisamos de muito mais pesquisa em toda a cadeia produtiva”, diz Wanderley Messias da Costa, diretor geral da Bioamazonia, organização social encarregada de coordenar o Probem. “Daremos atenção especial à química de produtos naturais, às toxinas de animais peçonhentos e ao estudo de microorganismos”.

O Probem deverá mobilizar algumas das maiores universidades brasileiras, já envolvidas na pesquisa de temas amazônicos. Para alimentar essa estrutura, a Bioamazonia já conseguiu R\$ 1,6 milhão do Banco da Amazônia (Basa) e poderá concorrer aos recursos do Fundo Permanente para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia. ■

(R.S.)

## Interesse por plantas medicinais

Rodeado por dezenas de latas com extratos de cavalinha, frutos de tucumã ou cascas de cajurana, o biólogo Juan Revilla fala animado sobre o potencial das ervas amazônicas. Pesquisador em Botânica Econômica do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus, ele é testemunha do interesse pelo assunto. Praticamente todos os dias seu laboratório, no meio do bosque tropical onde se instalou o Inpa, é visitado por cidadãos dispostos a pedir amostras de plantas com propriedades medicinais.

A maior vedete é a unha-de-gato, erva abundante no Peru e no Acre, capaz de reforçar o sistema imunológico e usada para complementar o coquetel anti-Aids. Revilla trabalha com a espécie há mais de 30 anos, mas suas conclusões só ganharam fama, a ponto de atrair leigos ao seu laboratório, nos últimos meses, após uma reportagem do Globo Repórter.

O pesquisador considera especialmente promissores a copaíba, a andiroba, a castanha-do-Pará, os frutos de algumas palmeiras e o pau-rosa – espécie quase varrida da Amazônia pela extração predatória, usada na fabricação de Chanel 5. “Hoje temos informação suficiente para plantar mais de 30 espécies econômicas amazônicas”, diz Revilla. Isso significa que os cientistas sabem controlar pragas, corrigir o solo e aproveitar o clima úmido e quente do Equador – e podem produzir sem devastar, se quiserem.

Entretanto, segundo o cientista, praticamente não existem cultivos ou planos de manejo industrial de plantas amazônicas para a produção de cosméticos. Ele cita uma exceção rara, um plano de manejo de unha-de-gato no Acre, que acompanha de perto.

Seu laboratório está desenhando, no momento, um plano de manejo de muirapuama, árvore cujos troncos e galhos, com fama de afrodisíacos, são usados como tônico cerebral e muscular. O cliente é a Biosapiens, empresa com sedes em Parintins (AM) e São Paulo, que comercializa produtos agrícolas, apícolas, ervas medicinais e aromáticas, além de corantes e resinas vegetais. Ela é fornecedora da Amazon Ervas, uma das indústrias que já exploram o filão na Zona Franca de Manaus.

A preocupação procede. Como é o próprio tronco oco da muirapuama que é usado, não há como regenerar após o corte. Se não houver reposição, a espécie pode desaparecer.

“O que não pode é ter um Pólo de Cosméticos que acabe com a mata”, diz Revilla, reforçando a posição de Wanderley Messias da Costa, diretor geral da Bioamazonia. “Mas o extrativismo com manejo sustentável é um bom caminho para começar”.

Pelos seus cálculos, mais de 95% das espécies com interesse comercial da região poderiam ser manejadas na mata. Só uma minoria precisaria ser cultivada. Inclusive, ele acaba de entregar ao Ibama um termo de referência sobre o uso sustentável de espécies econômicas não madeiráveis, que deverá inspirar a agência ambiental federal na liberação e fiscalização de projetos extrativistas da região. ■

(R.S.)